

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

ÍNDICE:

Balanco Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Exercício	3
Demonstração dos Fluxos de Caixa-DFC (Método Indireto)	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-DMPL	5
Demonstração do Resultado Abrangente-DRA	6
Demonstração do DVA – Valor Adicionado	6
Notas explicativas	7
Relatório da Auditoria Independente (ACS Auditoria e Consultoria Contábil)	28

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		9.066.243	8.962.549
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5	7.039.771	8.466.558
CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	6	1.621.901	483.943
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	7	6.860	6.860
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	8	397.711	5.188
ATIVO NÃO CIRCULANTE		132.702.566	137.592.885
IMOBILIZADO		131.931.993	136.791.632
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - REDE BASICA	9.1	(18.863.478)	(14.001.638)
INTANGIVEL	10	770.573	801.253
TRANSMISSAO		770.573	801.253
REDE BASICA - INTANGIVEL EM SERVICO		153.400	153.400
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - REDE BASICA	10.1	(119.106)	(88.426)
DEMAIS INSTALACOES - INTANGIVEL EM CURSO	10	736.279	736.279
TOTAL DO ATIVO		141.768.809	146.555.434
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		8.091.981	8.777.331
FORNECEDORES	11	430.097	493.055
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	12	7.018.805	7.206.161
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	12.1	4.218.805	3.917.366
DEBENTURES	12.2	2.800.000	3.288.795
OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS	13	37.497	112.967
TRIBUTOS	14	580.652	506.924
DIVIDENDOS DECLARADOS E JUROS SOBRE O CAPITAL	15	-	-
ENCARGOS SETORIAIS	16	21.992	19.809
OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	17	2.938	438.416
PASSIVO NAO CIRCULANTE		90.084.413	96.343.633
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	18	90.084.413	96.343.633
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	18.1	64.945.827	68.423.325
DEBENTURES	18.2	25.138.586	27.920.308
PATRIMONIO LIQUIDO	19	43.592.415	41.434.470
CAPITAL SOCIAL	19.1	38.880.000	38.880.000
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO - DOMICILIADOS NO PAIS		38.880.000	38.880.000
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA		38.880.000	38.880.000
CLAUDIO ZOPONE		-	-
RESERVA DE LUCRO	19.3	3.896.464	2.635.995
RESERVA LEGAL		3.896.464	2.635.995
RESERVA LEGAL OBRIGATORIA	19.3.1	3.896.464	2.635.995
RESERVA LEGAL - ART. 193 - LEI 6404/76		3.896.464	2.635.995
RESERVAS ESTATUTARIAS	19.3.2	-	-
RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	19.2	74.105	74.105
ADIANTAMENTOS		74.105	74.105
AFAC-ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		74.105	74.105
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA		74.105	74.105
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	19.4	741.846	(155.630)
LUCROS ACUMULADOS		741.846	(155.630)
LUCROS ACUMULADOS (após dividendos e reserva legal)		(155.630)	1.029.008
RESULTADO DO EXERCÍCIO (após dividendos e reserva legal)		897.476	(1.772.420)
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (após reserva legal)	19.4.1	-	587.781
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		141.768.809	146.555.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO-DRE

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	20	42.871.837	41.999.648
Receita Permitida	20.1	42.364.446	41.561.659
Outras Receitas - CCEE	20.2	507.390	437.989
Receita de Juros Ativos		1	-
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	21	(1.979.120)	(1.906.124)
Vendas Canceladas / Descontos		(796)	(27)
Vendas Canceladas		(796)	(27)
Tributos e Encargos		(1.978.325)	(1.906.097)
Tributos	21.1	(1.576.263)	(1.520.299)
PIS/COFINS		(1.576.263)	(1.520.299)
Encargos	21.2	(402.062)	(385.798)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(402.062)	(385.798)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		40.892.716	40.093.524
CUSTOS GERENCIÁVEIS		(7.710.358)	(7.995.243)
Pessoal		(1.089.426)	(1.410.565)
Material		(166.213)	(205.656)
Serviços de terceiros		(664.541)	(602.266)
Arrendamentos e aluguéis		(1.654)	-
Seguros		(119.622)	(93.017)
Doações		-	-
Tributos e taxas		(50)	(178)
Depreciação e Amortização		(4.892.519)	(4.892.519)
Gastos diversos		(0)	-
Despesas gerais e administrativas		(776.333)	(791.043)
Outras despesas operacionais			
RESULTADO FINANCEIRO	25	(8.018.016)	(9.766.437)
Receitas Financeiras			
Receitas com aplicações financeiras		628.724	205.718
Outras receitas financeiras		62	-
(-) Despesas Financeiras			
Juros		(8.646.165)	(9.971.820)
IOF, Comissões e Taxas		(533)	(230)
Multas e acréscimos moratórios		(104)	(104)
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO		25.164.342	22.331.845
RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO		45.034	1.965
Rendas da Prestação de Serviços			
Compartilhamento de Infraestrutura		45.034	1.965
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		25.209.376	22.333.810
CSLL - corrente	26	(520.752)	(465.870)
IRPJ - corrente	27	(990.680)	(853.669)
LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		23.697.945	21.014.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA-DFC (Método Indireto)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do Exercício (antes do IR e CSLL)	25.209.376	22.333.810
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.511.432)	(1.319.539)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	618.717
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização e Depreciação	4.892.519	4.892.519
Perdas do Ativo Imobilizado	-	-
	<u>28.590.464</u>	<u>26.525.507</u>
Aumento (ou redução) nos Ativos e Passivos operacionais		
Consumidores (clientes)	(1.137.958)	(307.179)
Tributos Compensáveis	-	-
Outros Ativos Circulantes	(392.523)	(5.183)
Fornecedores	(62.958)	(21.063)
Salários e encargos	(75.470)	7.299
Tributos a recolher	73.729	75.045
Encargos Setoriais	2.183	(19.087)
Outros Passivos Circulantes	(435.477)	436.225
	<u>(2.028.475)</u>	<u>166.059</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>26.561.989</u>	<u>26.691.566</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(2.200)	(144.544)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(2.200)</u>	<u>(144.544)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	2.332
Pagamentos de Dividendos	(21.540.000)	(21.670.000)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - curto prazo	(187.356)	(1.817.037)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - longo prazo	(6.259.220)	(2.867.905)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(27.986.575)</u>	<u>(26.352.610)</u>
Aumento ou redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.426.787)</u>	<u>194.412</u>
Demonstrações do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	8.466.558	8.272.146
No fim do período	7.039.771	8.466.558
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.426.787)</u>	<u>194.412</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO-DMPL

	Capital social (incluindo o AFAC)	Reserva de lucros		Lucros Acumulados	Prejuízos Acumulados	Dividendos	Total
		Legal (Art. 193 - L 6404/76)					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	38.951.773	1.488.369	1.029.008	-	-	-	41.469.150
Aumento de capital e AFAC	2.332	-	-	-	-	-	2.332
Lucro líquido do exercício	-	-	21.014.271	-	-	-	21.014.271
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	618.717	-	-	-	618.717
Reserva Legal	-	1.147.626	(1.147.626)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(5.253.568)	-	5.253.568	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	(16.416.432)	-	16.416.432	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(21.670.000)	-	(21.670.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	38.954.105	2.635.995	(155.630)	-	-	-	41.434.470
Saldos em 31 de dezembro de 2021	38.954.105	2.635.995	(155.630)	-	-	-	41.434.470
Aumento de capital e AFAC	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	23.697.945	-	-	-	23.697.945
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	1.184.897	(1.184.897)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(5.924.486)	-	5.924.486	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	(15.615.514)	-	15.615.514	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(21.540.000)	-	(21.540.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	38.954.105	3.820.892	817.417	-	-	-	43.592.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE-DRA

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo Líquido do Exercício		
Lucro Líquido do Exercício	23.697.945	21.014.271
Ajuste de exercícios anteriores	-	618.717
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	23.697.945	21.632.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS – DVA

INDICADORES ECONÔMICOS-FINANCEIROS DETALHAMENTO DA DVA	31/12/2022	31/12/2021
1 - Receitas	42.916.075	42.001.587
1.1 - Receita Operacional (já deduzindo as vendas canceladas)	42.871.041	41.999.622
1.2 - Outras receitas/resultados (não operacionais)	45.034	1.965
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	(10.736.841)	(11.954.859)
2.1 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(10.736.841)	(11.954.859)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	32.179.234	30.046.728
4 - RETENÇÕES	(4.892.519)	(4.892.519)
4.1 - Depreciação e Amortização	(4.892.519)	(4.892.519)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 - 4)	27.286.715	25.154.209
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	628.786	205.718
6.1 - Receitas Financeiras	628.786	205.718
6.2 - Doações e Subvenções para investimentos	-	-
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	27.915.501	25.359.926
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	27.915.501	25.359.926
8.1 - PESSOAL E ENCARGOS	887.337	1.173.753
8.1.1 - Remuneração direta (incluindo os benefícios)	819.668	1.086.027
8.1.2 - F.G.T.S.	67.670	87.726
8.2 - IMPOSTOS E TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	3.330.219	3.171.902
8.2.1 - Federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS)	3.087.695	2.839.839
8.2.2 - Federais (Previdência Social/INSS)	242.524	332.063
8.2.3 - Estaduais	-	-
8.2.4 - Municipais	-	-
8.3 - REMUNERAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS		
8.4 - REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIOS	23.697.945	21.014.271
8.4.1 - Prejuízo do exercício	-	-
8.4.2 - Lucro do exercício	23.697.945	21.014.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SUBESTACAO AGUA AZUL SPE S.A. (a "Companhia" ou "AGUA AZUL") foi constituída em 09 de maio de 2016 e é uma sociedade anônima de capital fechado, devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob NIRE 3530049179-3, em sessão do dia 31 de maio de 2016, não possui filiais, e tem por objeto social o fim específico e exclusivo de prestar o serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio da construção, operação e manutenção das instalações do trecho de linhas de transmissão referentes ao Lote S, conforme especificações no Edital do Leilão n. 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e no competente Contrato de Concessão, objeto do Processo n. 48500.003580/2015-77, incluindo, entre outros: (i) a execução e supervisão dos serviços de construção, montagem, manutenção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica e subestações; (ii) a prestação de serviços públicos de transmissão de energia elétrica que lhe tenham sido delegados ou cuja exploração lhes tenha sido concedida pela Administração Pública; (iii) o desenvolvimento de atividades correlatas ou que apresentem sinergia com as atividades acima, incluindo a elaboração e execução de projetos de engenharia e manejo ambiental necessário à consecução de tais atividades, e (iv) o envolvimento com questões sociais com a região onde se encontram suas instalações através de ações comunitárias bem como disponibilização de recursos físicos e logísticos caso solicitados por órgão competente. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na cidade de Guarulhos, na Estrada Acácio Antonio Batista, 4155, Vila Nova Bonsucesso, CEP 07175-080.

1.1 – Da Concessão

A "Companhia" sagrou-se vencedora do leilão ao arrematar o Lote S, conforme especificado no Edital do Leilão n. 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e no Contrato de Concessão n. 19/2016, processo 48500.003580/2015-77, datado de 27 de junho de 2016.

A "Companhia" está em fase operacional e tem a Zopone Engenharia e Comércio Ltda, CNPJ 59.225.698/0001-96, como sua subsidiária integral.

Conforme cláusula segunda do contrato de concessão, o prazo para entrada em operação era até 27 de junho de 2019, mas a "Companhia" antecipou esse prazo em aproximadamente cinco meses e entrou em operação no dia 06 de fevereiro de 2019.

A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$ 31.107.925,00 (trinta e um milhões, cento e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais), conforme cláusula sexta do contrato de concessão, e é corrigida anualmente, no mês de julho de cada ano, compreendendo o período entre 1º de julho de um ano e 30 de junho do ano subsequente.

A ANEEL, conforme Resolução Homologatória nº 2.895, de 13 de junho de 2021, estabeleceu a RAP para o período de julho de 2021 até junho de 2022 no valor de R\$ 39.918.014,25 (trinta e nove milhões, novecentos e dezoito mil, quatorze reais e vinte e cinco centavos), SEM PIS E COFINS, e conforme Resolução Homologatória nº 3.067, de 12 de julho de 2022, a RAP para o período de julho de 2022 até junho de 2023 é de R\$ 44.600.881,54 (quarenta e quatro milhões, seiscentos mil, oitocentos e oitenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), SEM PIS E COFINS.

1.2 – Descrição do projeto

INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO localizadas no estado de São Paulo, compostas pela SE Água Azul 440/138 kV, (6 x 1R) x 100 MVA; CONEXÕES DE UNIDADES DE TRANSFORMAÇÃO, ENTRADAS DE LINHA, INTERLIGAÇÕES DE BARRAMENTOS, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Implementação de dois trechos de linha de Linha de Transmissão em 440 kV, em circuito simples, entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Bom Jardim – Santo Ângelo e a Subestação Água Azul, com extensão aproximada de 1 km, as duas ENTRADAS DE LINHA correspondentes na Subestação Água Azul, e a aquisição dos equipamentos necessários as modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações Bom Jardim e Santo Ângelo; e dois trechos de Linha de Transmissão em 138 kV, em circuito duplo cada, entre a ponto de seccionamento da Linha de Transmissão 138kV Mairiporã – Santo Ângelo C1 e C2 e a Subestação Água Azul, com extensão aproximada de 1 km, as quatro ENTRADAS DE LINHA correspondentes na Subestação Água Azul, e a aquisição dos equipamentos necessários as modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações Mairiporã e Santo Ângelo.

1.3 Das Licenças, Autorizações e Termos

Em 15 de dezembro de 2017, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente / Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB emitiu a AUTORIZAÇÃO nº 112975/2017, acompanhada da planta denominada "Implantação Geral do Empreendimento e Intervenções Ambientais, para as atividades de supressão de vegetação nativa e corte de árvores nativas isoladas para a construção da Subestação – SE de 440/138 Kv Água Azul , Processo CETESB nº 48/2017. Recebeu também o Parecer Técnico nº 116/17/I, que tratou da análise da solicitação da referida Autorização.

Recebeu também em 15 de dezembro de 2017, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente / Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, o TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PRESERVAÇÃO DE RESERVA LEGAL nº 112951/2017, se comprometendo a: preservar e recuperar, quando necessário, a Reserva Legal compreendida nos limites nele indicados e perfeitamente delimitado na planta e no local da propriedade, não podendo fazer qualquer intervenção na vegetação, a não ser com a autorização do órgão ambiental competente.

Em 18 de janeiro de 2019, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo-CETESB emitiu a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO nº 2490, processo nº 48/2017 (CETESB 041523/2018-24), com base no parecer técnico nº 014/19/IE, na Licença Ambiental Prévia nº 2578 e na Licença Ambiental de Instalação nº 2512, com prazo de validade de 10(dez) anos, com as seguintes informações:

Identificação do Empreendimento:

Nome: SUBESTAÇÃO – SE DE 440/138 KV ÁGUA AZUL E RAMAIS ASSOCIADOS
Logradouro: Estrada do Morro Grande, S/N, Bairro Bom Sucesso
Município: GUARULHOS

Caracterização do Empreendimento:

Descrição: Implantação da Subestação – SE de 440/138 Kv, com área construída de aproximadamente 5,7 ha em área total de 11,75 ha.

Em 05 de setembro de 2019, conforme Ato nº 5485, a Agência Nacional de Telecomunicações–ANATEL outorgou autorização de uso de radiofrequência nº 459.8625 MHz / 469.8625 MHz, com validade até 13 de agosto de 2039.

Em 17 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Telecomunicações–ANATEL, onde a “ÁGUA AZUL” possui nº da entidade 4503180 e nº da estação 1009025314, emitiu a Licença para Funcionamento de Estação nº 003199/2019-SP, para as frequências 459,8625 MHz e 469,8625 MHz.

Em 13 de dezembro de 2018 e 03 de maio de 2019, a “Companhia” obteve o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros-AVCB nº 389000 e 407057, respectivamente.

1.4 Certificado de Conclusão

Em 14 de novembro de 2018, a Prefeitura Municipal de Guarulhos, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano-SDU, Departamento de Licenciamento Urbano-SDU 02, Divisão Técnica de Licenciamento de Edificações-SDU 02.09, emitiu o Certificado de Conclusão nº H-279/2018 com o seguinte teor: Certifico, conforme

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

consta no Processo Administrativo n.º 19.444/2017, protocolado em 04/04/2017, que a edificação: Construção de subestação de energia elétrica, de propriedade de SUBESTAÇÃO ÁGUA AZUL SPE S.A., CNPJ: 24.905.442/0001-45 em imóvel situado na Estrada do Morro Grande, Bairro: Bonsucesso neste Município, sob ITR nº 2.887.4951, aprovado e licenciado através de Alvará de Construção n.º A-377/17 expedido em 12/09/17; Área Total da Construção de 427,13m² (quatrocentos e vinte e sete metros e treze centímetros quadrados), Responsável técnico: Engenheiro Claudenor Zopone Junior, CREA 0601680959, ART 92221220161110157, está CONCLUÍDA e em conformidade com a legislação vigente, podendo ser utilizada para o fim a que se destina. Arquiteto Reginaldo Soares – Chefe de Divisão, Engenheira Elaine Cristina Fontana – Diretora SDU02.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de março de 2023 os diretores da “Companhia” autorizaram e aprovaram estas demonstrações contábeis regulatórias, vez que a “Companhia” não tem Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e elaboradas em conformidade com as normas, procedimentos e diretrizes estabelecidas pelo Órgão Regulador, contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, por meio de Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas e elaboradas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações financeiras para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da “Companhia”.

2.1 – Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 – Estimativas e premissas

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.3 – Classificação do circulante e não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixas ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação no passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

2.4. Receita Anual Permitida (RAP)

Conforme cláusula sexta do Contrato de Concessão, a Receita Anual Permitida ("RAP") pré-estabelecida é de R\$ 31.107.925 (trinta e um milhões, cento e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais), em conjunto com as regras de reajustes e de revisão constantes na cláusula sete do referido contrato, salvo o montante necessário à cobertura das contribuições sociais recuperáveis, relativas ao PIS e a COFINS, a ser auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão.

2.5. Reconhecimento das Receitas

A "Companhia" começou a reconhecer as receitas a partir de 06 de fevereiro de 2019, data em que a subestação entrou em operação, tendo adotado o regime de competência, não sobre a data de emissão o AVC enviado pelo ONS-Operador Nacional do Sistema Elétrico, mas sim, sobre a data de emissão das notas fiscais.

2.6. Receita de juros

A receita de juros será reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. Não tendo havido valores sobre essa rubrica nos exercícios abrangidos com a presente nota explicativa.

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a. Ativos financeiros não derivativos. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b. Passivos financeiros não derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos são os empréstimos, debêntures e os fornecedores. Esses passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Sociedade, cujos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, monetários e/ou cambiais, incorridos até a data do balanço também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

c. Ativos e passivos financeiros derivativos. No final de 2022, a Sociedade não possuía ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos.

2.8 – Contingência

Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação de probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação do corpo jurídico que assessora a Companhia.

2.9 – Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

3. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Os valores apresentados nestas demonstrações contábeis tiveram suas casas decimais arredondadas, podendo, para fins de melhor ilustração, eventualmente, estarem representados com as duas casas após a vírgula (centavos). Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis para fins regulatórios.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, ou seja, com alta liquidez.

Os equivalentes de caixa foram contabilizados sob a rubrica Aplicações Financeiras a Curto Prazo, e no plano contábil identificados como Contas de Investimentos.

4.2. Títulos e valores mobiliários

Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata. Esses valores são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e a determinação de sua classificação se dá no momento de seu reconhecimento inicial, no ato da contratação com a instituição bancária.

4.3. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas são relativas a prêmios de seguros a apropriar de ativos de propriedade da Entidade.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Muito embora não tenha havido lançamentos nessa rubrica, a "Companhia" revisará anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros da Sociedade para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo será estimado.

4.5. Imobilizado

4.5.1 – Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação aplicadas foram as estabelecidas em resoluções pelo Órgão Regulador.

O resultado da alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado, quando ocorrer, será determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e será reconhecido no resultado do exercício.

4.5.2 – Imobilizado em curso

A sociedade agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

4.6. Intangível

Os Ativos Intangíveis tem vidas úteis definidas, também são registrados pelo valor de custo de aquisição ou realização e sofrem deduções das amortizações, estas reconhecidas linearmente com base na vida útil estimada, e sofrem também deduções das perdas em razão da redução ao valor recuperável acumuladas.

Os software corporativos, são capitalizados com base nos custos incorridos e que foram necessários para colocarem em estado de uso, e quando da sua amortização são levados em conta a vida útil estimada.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.7. Fornecedores

Os valores lançados sob essa rubrica são obrigações pela aquisição de insumos, bens e serviços, contabilizados no grupo passivo circulante, via de regra, adquiridos para pagamento em até 12 (doze) meses.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Dividendos

Conforme artigo 14º do estatuto social, do lucro líquido apurado em demonstração do resultado do exercício, 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos aos Acionistas, a título de dividendo obrigatório, na proporção das ações por eles detidas, podendo a "Companhia" levantar relatórios financeiros e balanços intermediários preparados com propósitos fiscais ou para distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, podendo haver, inclusive, pagamento de juros sobre o capital próprio aos Acionistas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

O pagamento/distribuição de dividendos dispensa anuência expressa de credores de longo prazo, em especial o BNDES e os DEBENTURISTAS, por conta da "Companhia" ter atendido todas as situações apresentadas no item XII, da cláusula décima (Obrigações especiais da beneficiária), do contrato de financiamento nº 18.2.0328.1, dentre as quais, a manutenção de contas "reservas" que asseguram saldos suficientes para pagamento de parcelas vincendas.

O Órgão Regulador estabelece no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, no item 6.3.25, que o valor de dividendos deverá ser calculado tomando-se como base o resultado societário, fato que poderá, dependendo das práticas, premissas e estimativas adotadas, fazer com que o valor dos dividendos pagos/distribuídos seja superior ao valor do lucro líquido apurado na contabilidade "regulatória" para determinados exercícios.

4.10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conforme facultado pela legislação tributária, para o ano de 2022, a Sociedade optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Os tributos devidos com base no lucro presumido são apurados trimestralmente – com encerramento nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro. O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15% sobre o lucro presumido, que para a atividade da "Companhia" é 8%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente superior a R\$ 60.000/trimestre. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro presumido, que para a atividade da "Companhia" é 12%.

4.11. Empréstimos e financiamentos – Covenants e garantias

A "Companhia" utilizou recursos de empréstimos para financiar a implantação do empreendimento.

Conforme INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA SUBESTAÇÃO ÁGUA AZUL SPE S.A. ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), em seu anexo II, a "Companhia" tem a obrigação de apresentar anualmente o ICSD-Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, que é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias (de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil) auditadas da Emissora, com base em períodos de verificação a cada 12 meses, a ser calculada pela Emissora ("Companhia") e verificada pelo Agente Fiduciário. Item 23.

O financiamento junto ao BNDES tem como garantia a caução do penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas da "Companhia" de propriedade dos Acionistas.

O contrato firmado com o BNDES possui cláusulas restritivas, mas as basilares são:

- receber a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma "conta centralizadora", aberta exclusivamente para esse fim;
- constituir em favor do BNDES, e manter até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, "conta reserva" com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três meses de serviços da totalidade da dívida, sendo que a movimentação da "conta reserva" só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;
- não constituir, sem prévia e expressa autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no parágrafo segundo do artigo 202 da Lei 6404/76, salvo se verificado, cumulativamente, o atendimento de algumas condições, como:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

a) exoneração da fiança mencionada na cláusula décima sétima, a qual a "Companhia" em 31/12/2020 já havia cumprido a sua totalidade;

b) manter o índice de cobertura do serviço da dívida-ICSD, apurado anualmente, igual a superior a 1,2 vezes;

c) o montante de caixa e/ou aplicações financeiras de livre movimentação, somados aos depósitos judiciais, após a referida distribuição de dividendos, deverá ser igual ou maior que a totalidade de provisões de contingências. Números estes, extraídos das demonstrações contábeis regulatórias anuais auditadas, referentes ao ano civil, ou alternativamente, ao período de 12(doze) meses, imediatamente anterior ao evento da distribuição de dividendos, e, por fim:

d) estar adimplente com todas as obrigações do contrato de financiamento, assim como com todas as obrigações do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças e do Contrato de Penhor da Totalidade das Ações da "Companhia";

-não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato;

4.12. Capital Social

O capital social é todo composto por ações ordinárias, não incorrendo custo na emissão.

4.13. AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

São legítimos ingressos de recursos na Companhia, visando e obrigando que esta promova o futuro aumento de capital, ou, exceção à regra, que restitua o valor que ingressou. Por este motivo, nas demonstrações financeiras os valores ingressados sob essa rubrica já constarão como Capital Social.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.039.771	8.466.558
CAIXA	1.270.345	3.384.329
CONTAS BANCARIAS A VISTA	1.270.345	3.384.329
CONTAS BANCARIA - MOVIMENTO	1.270.345	3.384.329
CONTAS CORRENTES	1.270.345	3.384.329
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2881-9	1	1
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2882-7	-	1
BANCO SANTANDER - AG. 2271-C/C 13097681-9 (PGTO DEBENTURES)	475.000	7.817
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2883-5	-	1
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 452-9	1	1
BANCO SANTANDER - AG. 2271 - C/C 13095388-7 (CTA RECEBIMENT)	794.439	3.376.000
BANCO SANTANDER - AG. 2271 - C/C 13060260-8	903	508
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 518-5	1	1
EQUIVALENTES DE CAIXA	5.769.426	5.082.228
APLICACAO FINANCEIRA A CURTO PRAZO	5.769.426	5.082.228
APLICACOES FINANCEIRAS	5.769.426	5.082.228
CONTAS DE INVESTIMENTOS	5.769.426	5.082.228
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2881-9 - INVEST PLUS	25.537	14.987
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2882-7 - INVEST PLUS	-	58
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2883-5 - INVEST PLUS	-	479
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 452-9 - INVEST PLUS	72	425
SANTANDER - AG. 2271-C/C 13096417-9-INVEST (RESERVA DEBENTUR	3.078.769	2.668.549
SANTANDER - AG. 2271-C/C 13039865-9-INVEST (RESERVA BNDES)	2.590.561	2.312.803
BANCO DO BRASIL - AG. 3369-3 - C/C 5656-1 - FUNDOS DE IN	-	1.101
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 518-5 - INVEST PLUS	74.487	83.826

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Referem-se a valores a receber de concessionárias e permissionárias relativas a serviços de transmissão de energia elétrica e estão garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas-correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ou diretamente pela Companhia. Dessa forma, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Em 31/12/2022 o saldo sob essa rubrica era de R\$ 1.621.900,76 (hum milhão, seiscentos e vinte e um mil, novecentos reais e setenta e seis centavos), vez que a companhia adotou o reconhecimento de suas receitas quando da emissão das notas fiscais, o que representa aproximadamente 3,76% (três inteiros e setenta e seis centésimos por cento) do total faturado no exercício 2022.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	31/12/2022	31/12/2021
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	6.860	6.860
TRIBUTOS FEDERAIS	6.860	6.860
OUTROS	6.860	6.860
TRIBUTOS PAGOS A MAIOR A COMPENSAR	6.860	6.860
TRIBUTOS PAGOS A MAIOR A COMPENSAR	6.860	6.860
IRPJ PAGO A MAIOR - A COMPENSAR	5.068	5.068
CSLL PAGO A MAIOR - A COMPENSAR	1.792	1.792

8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	31/12/2022	31/12/2021
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	397.711	5.188
CREDITOS A RECEBER	397.711	5.188
EMPREGADOS	19.032	5.188
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	19.032	5.188
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	19.032	5.188
ADIANTAMENTO SALARIAL	2	4
ADIANTAMENTO DE 13. SALARIO	-	884
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	19.030	4.300
FORNECEDORES	378.679	-
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	378.679	-
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	378.679	-
IZABEL CAVALLINI BAJJANI	378.679	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

9. IMOBILIZADO

Imobilizado - EM SERVIÇO - Valores em R\$	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Terrenos	4.700.000,00	-	-	-	-	4.700.000,00	-	-	4.700.000,00	4.700.000,00
Edificações, obras civis e benfeitorias	28.267.103,08	-	-	-	-	28.267.103,08	-	(3.696.212,45)	24.570.890,63	25.524.298,73
Máquinas e equipamentos	117.729.138,08	2.200,00	-	-	-	117.731.338,08	2.200,00	(15.128.335,04)	102.603.003,04	106.499.001,12
Veículos	51.851,83	-	-	-	-	51.851,83	-	(28.763,62)	23.088,21	30.497,83
Móveis e utensílios	45.177,53	-	-	-	-	45.177,53	-	(10.166,52)	35.011,01	37.834,50
SUBTOTAL	150.793.270,52	2.200,00	-	-	-	150.795.470,52	2.200,00	(18.863.477,63)	131.931.992,89	136.791.632,18
Imobilizado - EM CURSO - Valores em R\$	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
À Ratear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	150.793.270,52	2.200,00	-	-	-	150.795.470,52	2.200,00	(18.863.477,63)	131.931.992,89	136.791.632,18

10. INTANGÍVEL

Intangível - EM SERVIÇO - Valores em R\$	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) - (B) + (C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	153.400,00	-	-	-	-	153.400,00	-	(119.105,61)	34.294,39	64.974,38
SUBTOTAL	153.400,00	-	-	-	-	153.400,00	-	(119.105,61)	34.294,39	64.974,38
Intangível - EM CURSO - Valores em R\$	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) - (B) + (C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Serviços	736.278,63	-	-	-	-	736.278,63	-	-	736.278,63	736.278,63
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	736.278,63	-	-	-	-	736.278,63	-	-	736.278,63	736.278,63
TOTAL DO INTANGÍVEL	889.678,63	-	-	-	-	889.678,63	-	(119.105,61)	770.573,02	801.253,01

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

11. FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
FORNECEDORES	430.097	493.055
MATERIAIS E SERVIÇOS	430.097	493.055
FORNECEDORES DIVERSOS	430.097	493.055
SIEMENS S.A.	409.542	409.542
ANDRE LUIS DA SILVA APOIO ADMINISTRATIVO	2.070	-
JOSE CAPEL HOTEL LTDA	-	561
IN FORMA SOFTWARE S/A.	-	1.646
SABESP - CIA DE SANEAM BASICO ESTADO DE SP	-	75
MARINS E FUNALETTI LTDA ME	-	161
ALGAR MULTIMIDIA S/A	-	10.769
CIA BRASILEIRA DE SOLUCOES E SERVICOS	3.032	4.960
MS SERVICOS DE SEGURANCA PRIVADA LTDA	-	12.703
AMELIA WATANABE ME	-	1.325
SIND DOS TRAB NAS INDUSTRIAS DA ENERGIA ELETR SAO	132	-
ZAGARETTO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	12.111	32.400
WV ASSESSORIA TREINAMENTOS E SEGURANCA DO TRABALHO	2.081	-
CAMARA DE COMERCIALIZ DE ENERGIA ELETRICA - CCEE	1.130	-
CELTGRID TECNOLOGIA LTDA	-	8.795
AUTOMA LINK LTDA	-	10.119

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES – circulante

	31/12/2022	31/12/2021
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	7.018.805	7.206.161
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.218.805	3.917.366
MOEDA NACIONAL	4.218.805	3.917.366
PRINCIPAL	3.984.367	3.691.052
EMPRESTIMOS BANCOS DE FINANCIAMENTO	3.984.367	3.691.052
BNDES-BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL	3.984.367	3.691.052
ENCARGOS DA DIVIDA	234.438	226.313
JUROS SOBRE EMPRESTIMOS	234.438	226.313
JUROS - CONTR 18.2.0328.1 - BNDES	234.438	226.313
DEBENTURES	2.800.000	3.288.795
MOEDA NACIONAL	2.800.000	3.288.795
PRINCIPAL	2.800.000	2.520.000
PRINCIPAL	2.800.000	2.520.000
DEBENTURES CP	2.800.000	2.520.000
ENCARGOS DA DIVIDA	-	768.795
ENCARGOS - JUROS	-	768.795
JUROS - DEBENTURES	-	768.795

As despesas com juros serão reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

12.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O contrato de financiamento junto ao BNDES aduz em sua cláusula terceira que sobre o valor principal incidirão juros de 2,49% ao ano, acima da Taxa de Juros a Longo Prazo-TJLP.

Conforme cláusula quinta do referido contrato de financiamento, o principal da dívida deve ser pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2020 e a última prestação em 15 de dezembro de 2033.

12.2 – DEBÊNTURES

A Companhia assinou em 19 de novembro de 2018 o Instrumento Particular de Escritura de 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, emitindo debêntures no valor de R\$ 35.000.000,00. Não houve outras emissões até 31/12/2022!

Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 ("Resolução CMN 3.947"), os recursos líquidos captados pela Emissora ("Companhia" por meio da Emissão, serão utilizados exclusivamente para pagamentos futuros ou reembolso de gastos despesas ou dívidas relacionados à implantação do projeto, que tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da data de encerramento da Oferta Restrita, conforme detalhado na tabela abaixo ("Projeto").

Tem como banco liquidante e escriturador o Banco Bradesco S.A., e como agente fiduciário a instituição SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Data de Vencimento: as Debêntures terão vencimento em 15 de dezembro de 2029, e com amortizações conforme estabelecido na Cláusula 4.5, ressalvadas as hipóteses de (i) aquisição facultativa da totalidade para cancelamento, nos termos da Cláusula 4.13 abaixo; e (ii) vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures constantes da Cláusula 5.1 abaixo desta Escritura de Emissão, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, e em observância à regulamentação aplicável, inclusive o artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 12.431, e ao artigo 1º da Resolução CMN 3.947 ("Data de Vencimento").

Características Básicas: 4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (hum mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); 4.1.2. Conversibilidade, Tipo e Forma: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelares ou certificados; 4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações; 4.1.4. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização: As Debêntures serão subscritas e

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição das Debêntures na forma dos artigos 7º-A e 8º da Instrução CVM 476, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição"), com ágio ou deságio a ser definido no Procedimento de Recebimento de Intenções, sendo considerada "Data da Primeira Integralização", para fins da presente Escritura de Emissão, a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. Caso ocorra a subscrição e integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição para as Debêntures que foram integralizadas após a Data da Primeira Integralização será o seu Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização até a data de sua

efetiva integralização; 4.1.5. - Data de Vencimento: as Debêntures terão vencimento em 15 de dezembro de 2029, e com amortizações conforme estabelecido na cláusula 4.5 abaixo, ressalvadas as hipóteses de (i) aquisição facultativa; e (ii) vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures desta Escritura de Emissão, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo do Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, e em observância à regulamentação aplicável, inclusive o artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 12.431, e ao artigo 1º da Resolução CMN 3.947 ("Data de Vencimento"); 4.1.6. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas até 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures ("Quantidade de Debêntures"); 4.1.7. Comprovação de Titularidade e Cessão das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador no qual serão inscritos os nomes dos respectivos Debenturistas. Adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3, em nome do respectivo titular da Debênture.

A primeira amortização ocorreu em 15 de dezembro de 2019.

13. OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2022	31/12/2021
OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS	37.497	112.967
FOLHA DE PAGAMENTO	37.497	112.967
FOLHA DE PAGAMENTO LIQUIDA	14.373	32.871
FOLHA DE PAGAMENTO LIQUIDA	14.373	32.871
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR	14.373	32.871
SALARIOS A PAGAR	13.023	31.624
PENSAO ALIMENTICIA	1.350	1.247
FERIAS	17.420	61.844
FERIAS A PAGAR	17.420	61.844
FERIAS A PAGAR	17.420	61.844
FERIAS A PAGAR	17.420	61.844
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE	5.704	18.252
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE	5.704	18.252
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE	5.704	18.252
IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO A RECOLHER	5.633	18.252
CONTRIBUICAO SINDICAL	72	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

14. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
TRIBUTOS	580.652	506.924
TRIBUTOS FEDERAIS	552.363	441.797
IMPOSTO DE RENDA	257.308	202.387
IRPJ 1. TRIMESTRE A RECOLHER	-	-
IRPJ 2. TRIMESTRE A RECOLHER	903	903
IRPJ 3. TRIMESTRE A RECOLHER	-	-
IRPJ 4. TRIMESTRE A RECOLHER	256.404	201.484
CONTRIBUICAO SOCIAL	155.276	119.998
CSLL 1. TRIMESTRE A RECOLHER	-	-
CSLL 2. TRIMESTRE A RECOLHER	849	849
CSLL 3. TRIMESTRE A RECOLHER	-	-
CSLL 4. TRIMESTRE A RECOLHER	154.427	119.149
PIS	24.892	21.265
PIS A RECOLHER	24.892	21.265
COFINS	114.888	98.146
COFINS A RECOLHER	114.888	98.146
TRIBUTOS ESTADUAIS	-	-
TRIBUTOS MUNICIPAIS	-	851
ISS	-	851
ISS A RECOLHER	-	851
CONTRIBUICOES SOCIAIS	26.175	61.164
INSS A RECOLHER	21.806	47.679
INSS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE SALARIOS - A RECOLHER	11.077	26.301
INSS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE FÉRIAS - A RECOLHER	8.945	17.811
INSS RETIDO DE FORNECEDORES	1.783	3.567
FGTS	4.370	13.485
FGTS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE SALARIOS - A RECOLHER	2.976	8.537
FGTS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE FÉRIAS - A RECOLHER	1.394	4.947
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE	2.114	3.113
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	450	637
IRRF DE FORNECEDORES (1,50%) - A RECOLHER	450	637
PIS/COFINS/CSLL-IN 381-30/12/03	1.664	2.476
PIS/COFINS/CSLL-IN 381-30/12/03	1.664	2.476

15. DIVIDENDOS

Em 2022, a “companhia” pagou dividendos totais no valor de R\$ 21.540.000,00 (vinte e um milhões, quinhentos e quarenta mil reais) à sua única acionista, a ZOPONE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. Esse valor foi pago em moeda corrente nacional, nas seguintes datas:

04/01/2022	1.350.000
27/01/2022	1.650.000
03/03/2022	1.240.000
29/03/2022	1.800.000
27/04/2022	1.800.000
27/05/2022	1.600.000
01/07/2022	1.600.000
27/07/2022	1.650.000
29/08/2022	1.900.000
28/09/2022	2.000.000
27/10/2022	2.100.000
29/11/2022	2.000.000
28/12/2022	850.000

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

16. ENCARGOS SETORIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
ENCARGOS SETORIAIS	21.992	19.809
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D	21.992	19.809
F.N.D.C.T.	14.661	13.206
F.N.D.C.T.-FUNDO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO	14.661	13.206
F.N.D.C.T.-FUNDO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO	14.661	13.206
F.N.D.C.T.-FUNDO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO - 0,40%	14.661	13.206
M.M.E.	7.331	6.603
M.M.E.-MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	7.331	6.603
M.M.E.-MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	7.331	6.603
M.M.E.-MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA - 0,20%	7.331	6.603

17. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	31/12/2022	31/12/2021
OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	2.938	438.416
OUTROS	2.938	438.416
OUTROS CREDORES	2.938	438.416
OUTROS CREDORES	2.938	438.416
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	2.938	438.416
SÃO MARTINHO S/A	219	219
ENEL GREEN POWER DELFINA A EOLICA S.A.	113	113
TAMANDUA MIRIM 2 ENERGIA S.A.	20	20
ENEL GREEN POWER CRISTAL EOLICA S.A.	1.684	1.684
ENEL GREEN POWER DOIS RIACHOS EOLICA S.A.	38	38
CLIENTES DIVERSOS	675	1.152
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ANGELA 5 S.A	55	55
TOYOTA DO BRASIL LTDA	72	72
BORRACHAS VIPAL S.A.	42	42
EOLICA CHUI IX S/A	21	21
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	-	435.000

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES – não circulante

	31/12/2022	31/12/2021
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	90.084.413	96.343.633
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	64.945.827	68.423.325
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NACIONAL	64.945.827	68.423.325
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - VALOR PRINCIPAL	64.945.827	68.423.325
FINANCIAMENTO - VALOR PRINCIPAL	64.945.827	68.423.325
BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL	64.945.827	68.423.325
DEBENTURES	25.138.586	27.920.308
MOEDA NACIONAL	25.138.586	27.920.308
VALOR PRINCIPAL ATUALIZADO	24.080.000	26.880.000
PRINCIPAL	24.080.000	26.880.000
DEBENTURES CP	24.080.000	26.880.000
ENCARGOS DA DÍVIDA	1.058.586	1.040.308
ENCARGOS - JUROS	8.285.279	1.040.308
JUROS - DEBENTURES	103.757	-
ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL	8.181.522	1.040.308
(-) ENCARGOS DA DÍVIDA A AMORTIZAR	(7.226.693)	-
(-) JUROS - DEBENTURES	-	-
(-) ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL	(7.226.693)	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

18.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O contrato de financiamento junto ao BNDES aduz em sua cláusula terceira que sobre o valor principal incidirão juros de 2,49% ao ano, acima da Taxa de Juros a Longo Prazo-TJLP.

Conforme cláusula quinta do referido contrato de financiamento, o principal da dívida deve ser pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2020 e a última prestação em 15 de dezembro de 2033.

18.2 – DEBÊNTURES

As Debêntures serão atualizadas monetariamente e farão jus a juros remuneratórios conforme o disposto a seguir:
Atualização Monetária das Debêntures:

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data da Primeira Integralização até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado"), calculado de forma pro rata temporis por Dias Úteis.

Juros remuneratórios:

Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures, incluindo, conforme o caso, os Juros Remuneratórios incorporados na Data de Incorporação.

Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, a partir da Data da Primeira Integralização, da Data de Incorporação imediatamente anterior, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme definido abaixo), calculado em regime de capitalização composta pro rata temporis por Dias Úteis de acordo com a fórmula: $J = VNa \times (FatorJuros - 1)$
Amortização do Valor Nominal Atualizado

Após decorrido o Período de Carência, o Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em 21 (vinte e uma) parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, conforme cronograma (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures") e de acordo com os percentuais descritos na 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir ("Percentual do Valor Nominal Atualizado a ser Amortizado"):

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Parcela	Data de Amortização	Percentual do valor nominal unitário a ser amortizado	Percentual do saldo do valor nominal unitário atualizado a ser amortizado
1	15/dez/19	3,00%	3,00%
2	15/jun/20	3,15%	3,25%
3	15/dez/20	3,15%	3,36%
4	15/jun/21	3,35%	3,69%
5	15/dez/21	3,35%	3,84%
6	15/jun/22	3,60%	4,29%
7	15/dez/22	3,60%	4,48%
8	15/jun/23	4,00%	5,21%
9	15/dez/23	4,00%	5,49%
10	15/jun/24	4,25%	6,18%
11	15/dez/24	4,25%	6,58%
12	15/jun/25	5,00%	8,29%
13	15/dez/25	5,00%	9,04%
14	15/jun/26	5,50%	10,93%
15	15/dez/26	5,50%	12,28%
16	15/jun/27	6,20%	15,78%
17	15/dez/27	6,20%	18,73%
18	15/jun/28	6,50%	24,16%
19	15/dez/28	6,50%	31,86%
20	15/jun/29	6,95%	50,00%
21	15/dez/29	6,95%	100,00%

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	31/12/2022	31/12/2021
PATRIMONIO LIQUIDO	43.592.415	41.434.470
CAPITAL SOCIAL	38.880.000	38.880.000
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO - DOMICILIADOS NO PAIS	38.880.000	38.880.000
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	38.880.000	38.880.000
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	38.880.000	38.880.000
RESERVA DE LUCRO	3.896.464	2.635.995
RESERVA LEGAL	3.896.464	2.635.995
RESERVA LEGAL OBRIGATORIA	3.896.464	2.635.995
RESERVA LEGAL - ART. 193 - LEI 6404/76	3.896.464	2.635.995
RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	74.105	74.105
ADIANTAMENTOS	74.105	74.105
AFAC-ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	74.105	74.105
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	74.105	74.105
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	741.846	(155.630)
LUCROS ACUMULADOS	741.846	(155.630)
LUCROS ACUMULADOS	741.846	(155.630)
LUCROS ACUMULADOS (após dividendos e reserva legal)	(155.630)	1.029.008
RESULTADO DO EXERCÍCIO (após dividendos e reserva legal)	897.476	(1.772.420)
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (após reserva legal)	-	587.781

19.1 – CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022, considerando o valor do capital social subscrito e integralizado levado a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo-JUCESP, R\$ 38.880.000, e o saldo existente na conta AFAC-Adiantamento para futuro aumento de capital, R\$ 74.105, o valor total do Capital Social é de R\$ 38.954.105 dividido em 38.954.105 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

19.2 – AFAC-ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A composição do saldo da conta AFAC em 31/12/2022 compreende:

Data	Valor
17/05/2019	21
17/05/2019	358
07/01/2019	741
23/11/2018	103
22/10/2018	57.825
28/09/2018	1.036
21/09/2018	21
04/09/2018	5.930
10/01/2021	2.332

19.3 – RESERVAS DE LUCROS

A rubrica reserva de lucro está composta por reserva legal (art. 193 – Lei 6404/76).

	31/12/2022	31/12/2021
RESERVA DE LUCRO	3.896.464	2.635.995
RESERVA LEGAL	3.896.464	2.635.995
RESERVA LEGAL OBRIGATORIA	3.896.464	2.635.995
RESERVA LEGAL - ART. 193 - LEI 6404/76	3.896.464	2.635.995

19.3.1 – RESERVA LEGAL

É constituída com base em 5% do lucro líquido de cada exercício até o limite de 20% do capital social. Em 2022 o valor acrescentado ao resultado saldo de 31/12/2022 foi de R\$ 1.260.468,82, sendo fruto do percentual de 5% sobre R\$ 25.209.376,35, que é o lucro líquido do exercício.

19.3.2 – RESERVAS ESTATUTÁRIAS

São as reservas de lucros estabelecidos no estatuto da "companhia". Em 31/12/2022 e 31/12/2021 não havia saldo sob essa rubrica.

19.4 – LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

	31/12/2022	31/12/2021
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	741.846	(155.630)
LUCROS ACUMULADOS	741.846	(155.630)
LUCROS ACUMULADOS	741.846	(155.630)
LUCROS ACUMULADOS (após dividendos e reserva legal)	(155.630)	1.029.008
RESULTADO DO EXERCÍCIO (após dividendos e reserva legal)	897.476	(1.772.420)
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (após reserva legal)	-	587.781

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em 2022, o lucro líquido do exercício foi de R\$ 25.209.376,35, antes do IRPJ e da CSLL. Conforme nota 15, houve o pagamento de R\$ 21.540.000,00 (vinte e um milhões, quinhentos e quarenta mil reais) de dividendos e esse valor foi lançado contra a conta de Resultado do Exercício. Do lucro do exercício, 5% foram destinados para a Reserva Legal – art. 193 da Lei 7.404/76.

19.4.1 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Não houve saldo para essa rubrica ao final do exercício 2022.

De acordo com a Lei das S/A (Lei 6.404/1976), o resultado do exercício não deverá ter influência de efeitos pertencentes a exercícios anteriores e, dessa forma, só deverão transitar nas 'contas de resultados' os valores que competem ao respectivo exercício.

A regularização de valores referentes a períodos anteriores não provocam reflexo no resultado do período e se referem a efeitos de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a determinado período anterior, e que não possam ser atribuídas a fatos subsequentes.

20 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA (já considerando as vendas canceladas)

	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA DE OPERACOES COM TRANSMISSAO DE ENERGIA	(42.871.041)	(41.999.622)
RECEITA DE ENCARGOS DE TRANSMISSAO	(42.871.041)	(41.999.622)
RECEITA PERMITIDA	(42.364.446)	(41.561.659)
REDE BASICA	(42.364.446)	(41.561.659)
VENDAS CANCELADAS / DESCONTOS	796	27
VENDAS CANCELADAS	796	27
OUTROS EVENTOS DA RECEITA PERMITIDA	(507.390)	(437.989)
QUOTA CDE	(507.390)	(437.989)
RECEITA DE JUROS ATIVOS	(1)	-
RECEITA DE JUROS ATIVOS	(1)	-

20.1 – RECEITA PERMITIDA

O saldo da conta Receita Permitida é a composto exclusivamente pelos valores das RAP mensais faturadas ao longo do exercício 2022.

20.2 – OUTRAS RECEITAS – CCEE

A "companhia" recebeu R\$ 507.389,89 da CAMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE. Para esses valores, não houve a emissão de notas fiscais, em razão da formalidade da geração do direito ao recebimento.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

21 – DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

	31/12/2022	31/12/2021
(-) TRIBUTOS SOBRE A RECEITA	1.576.263	1.520.299
PIS	280.704	270.738
PIS	280.704	270.738
PIS	280.704	270.738
COFINS	1.295.559	1.249.561
COFINS	1.295.559	1.249.561
COFINS	1.295.559	1.249.561
(-) ENCARGOS DO CONSUMIDOR	402.062	385.798
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D	402.062	385.798
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D	402.062	385.798
F.N.D.C.T.-FUNDO NAC DE DESENV CIENT E ENERGETICO-0,40%	162.748	159.438
M.M.E.-MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA-0,20%	81.374	73.360
M.M.E.-CONTA CORRENTE-0,40%	157.940	153.000

21.1 - TRIBUTOS

Os tributos incidentes sobre o valor das receitas, e deduzidos da receita operacional foram PIS e COFINS. De acordo com a forma de tributação que a "companhia" optou, a base de cálculo do PIS é 0,65% e a base de cálculo da COFINS é 3%.

21.2 – ENCARGOS

Para as demonstrações regulatórias, os encargos são deduzidos da receita operacional, conforme instrução no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Os valores no ano de 2022 são exclusivamente referente à rubrica Pesquisa e Desenvolvimento-P&D, e se referem ao total de 1% sobre o valor da receita operacional líquida, e destinados a:

0,40% ao F.N.D.C.T.-FUNDO NAC DE DESENV CIENT E ENERGETICO;
0,20% ao M.M.E.-MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA;
0,40% ao M.M.E.-MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - CONTA CORRENTE.

22. CONTIGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía contra si nenhum litígio trabalhista, cível, tributário e ambiental.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

23. COVENANT – ICSD-Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

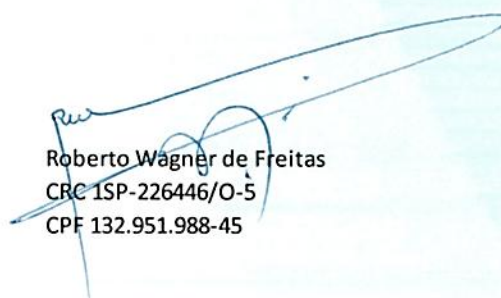
ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - REGULATÓRIO		
	2022	2021
A) GERAÇÃO DE CAIXA	36.608.479,72	35.673.226,85
(+) EBITDA/LAJIDA	38.119.911,54	36.992.766,06
(-) Imposto de Renda	(990.679,96)	(853.669,34)
(-) Contribuição Social	(520.751,86)	(465.869,87)
B) SERVIÇO DA DÍVIDA	15.079.388,46	14.020.258,85
(+) Amortização de Principal	7.006.353,82	6.492.884,46
(+) Pagamento de Juros	8.073.034,64	7.527.374,39
C) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (A) / (B)	2,43	2,54

O EBITDA/LAJIDA corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

	2022	2022
(+ / -) Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda	25.209.376,35	22.333.810,15
(+ / -) Resultado Financeiro Líquido Negativo / Positivo	8.018.015,91	9.766.436,63
(+ / -) Resultado com Equivalência Patrimonial Negativo / Positivo	0	0
(+) Depreciações e Amortizações	4.892.519,28	4.892.519,28
(+ / -) Perdas (desvalorização) por impairment / Reversões de perdas anteriores	0	0
(+ / -) Prejuízo/Lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis.	0	0
EBITDA / LAJIDA	38.119.911,54	36.992.766,06



Cláudio Zopone
Diretor Administrativo
CPF 131.114.538-98



Roberto Wagner de Freitas
CRC 1SP-226446/O-5
CPF 132.951.988-45

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Diretores da
SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A
Bauru –SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2022** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do valor adicionado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A em 31 de dezembro de 2022**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Empresas supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a **SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A.**, a cumprir os requisitos da ANEEL.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações Financeiras Societárias

A Empresa **SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A.**, elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Araçatuba (SP), 14 de abril de 2023



ACS Auditoria e Consultoria Contábil
Crc 2SP026990/O-2



ALBERTO F. COSTA
Contador CRC - 1SP164292/O-0